



PARTE A

LICITAÇÃO N.º 041/2017
PROCESSO N.º 704/2017
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ORIGEM DOS RECURSOS: 131 / 1035 / 1085 – RECURSO PRÓPRIO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.58.00.00.00
DOTAÇÃO: 2024 / 2067 / 2030
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 1.896.813,00 (Um milhão, oitocentos e noventa e seis mil, oitocentos e treze reais).
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2017 ÀS 09:00 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2017 ÀS 09:00 HORAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS FIXO COMUTADO (STFC), NAS MODALIDADES DE SERVIÇO LOCAL, SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), NAS MODALIDADES DE SERVIÇOS DE E-MAIL MÓVEL, SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET MÓVEL, SERVIÇOS DE ACESSO GPRS/EDGE/4G, SERVIÇO DE CIRCUITO DE INTERNET (IP), SERVIÇO CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E CIRCUITO DE ACESSO A INTERNET, COM LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através dos telefones (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: licitacaopmppparacambi@gmail.com, mediante entrega de 02 RESMAS DE PAPEL A4 e apresentação de carimbo de CNPJ.

SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (DOZE) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo Referência
Anexo 7	-	Minuta de Contrato
Anexo 8	-	Atestado de Visita Técnica
Anexo 9	-	Declaração de Concordância dos Termos do Edital

Elias Ferreira da Rosa
Pregoeiro



PARTE B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº 041/CPL/2017, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, de conformidade com as disposições da Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 4.482/2017, Decreto Municipal nº 4.481/2017 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL até o dia **22 DE DEZEMBRO DE 2017 ÀS 09:00 HORAS**. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL em **22 DE DEZEMBRO DE 2017 ÀS 09:00 HORAS**, horário de Brasília – DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local independentemente de comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 – **SECRETARIA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Administração.**

1.5 - O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: cpl@paracambi.rj.gov.br, mediante entrega de 02 Resmas de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

2 – OBJETO

2.1 – A presente licitação tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS FIXO COMUTADO (STFC), NAS MODALIDADES DE SERVIÇO LOCAL, SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), NAS MODALIDADES DE SERVIÇOS DE E-MAIL MÓVEL, SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET MÓVEL, SERVIÇOS DE ACESSO GPRS/EDGE/4G, SERVIÇO DE CIRCUITO DE INTERNET (IP), SERVIÇO CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E CIRCUITO DE ACESSO A INTERNET, COM LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**, descritos e especificados no ANEXO 6 – Termo de Referência.

3 – PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar do presente pregão presencial, as pessoas físicas ou jurídicas que atender a todas as exigências, quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 - Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.4 - Vedada a participação de pessoas jurídicas punidas com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.



3.5 – Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.6 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada a integrantes do Poder Público Municipal de Paracambi, por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção.

3.8 – Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.8.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.9 – Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.10 - Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

4 – CREDENCIAMENTO

4.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando o se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembléia, indicando os atuais responsáveis pela Administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta, fora de qualquer envelope, dirigida ao Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, acompanhada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social, devidamente autenticado, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

4.1.1 - A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.

4.1.2 – Estará impedido que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.



4.2 - Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, e fora de qualquer envelope a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (anexo 2), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5 declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.4 – A Sociedade Cooperativa, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5.1 declarando que observa o art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.5 – As Cooperativas deverão entregar os seguintes documentos:

4.5.1 – Registro na Junta Comercial e estatuto social em vigor, devidamente registrado;

4.5.2 – Cadastro dos Contribuintes Mobiliários da Prefeitura Municipal (da sua sede, como contribuinte do ISS);

4.5.3 – A relação dos cooperados que atendam aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inc. XI, 21, inc. I, e 42, §§ 2º e 6º, todos da Lei nº 5.764/71;

4.5.4 – Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSC I de cada um dos cooperados relacionados;

4.5.5 – Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

4.5.6 – O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/71;

4.5.7 – A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

4.5.8 – Comprovação da Diretoria ou Conselho de Administração em exercício que devem ser integrados, exclusivamente, por associados (art. 47 da Lei nº 5.764/71);

4.5.9 – Os seguintes documentos para comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) Ata de fundação;

b) Estatuto Social com ata da assembleia;

c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;

d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

4.5.10 – A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71, ou uma declaração, sob as penas da Lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



4.6 – Quando da contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, no caso de cooperativa, ou pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição sem fins lucrativos, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.7 – Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na sala da CPL, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, no horário de 10:00 as 16:00 horas, **NAO SENDO AUTENTICADOS NENHUM DOCUMENTO NA SESSÃO.**

4.8 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.

4.9 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

5.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta
ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:
ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega dos envelopes de documentação e da proposta de preços, até o horário previsto no item 1.1.

6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário previstos no item 1.1.

6.2 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

6.3 - A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter a indicação da marca;
- c) conter preço final do objeto para cada item e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- d) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

6.4 - A Proposta de Preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta, devidamente assinada, sob pena de desclassificação e sendo irrelevante qualquer acréscimo.



6.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

6.7 - Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital serão desconsideradas.

6.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega das propostas;
- d) prazo para iniciar a prestação será 05 (cinco) dias, após o recebimento, pela contratada, da autorização formal para o início da execução contratual, a ser emitida pelo titular do órgão requisitante.
- e) prazodevalidade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

- I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso
- II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;
- III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;
- IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;
- V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- I – não estejam devidamente assinadas;
- II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.
- III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- IV – apresente preço manifestamente inexecutável ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.
- V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.
- VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-lo, ensejará a desclassificação da proposta.



6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço de global como inexecutável, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

7 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para abertura das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.5 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação.

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço o item.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais.

7.8 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;

7.9 – O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como lances oferecidos durante a sessão pública;

7.10 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

7.11 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada ao Pregoeiro a prorrogação.

7.13 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.14.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.



7.14.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.15 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

7.16 – As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, que deverão apresentar, fora dos envelopes, declaração (ANEXO 5) de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar nº 123/2006.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor global, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.15 do edital.

8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

8.5 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.6 – Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

8.6.1 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.7 – Para efeito do disposto no subitem 8.6, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1 – A microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, melhor classificada, será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo



máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

8.7.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, que se apresente na situação descrita no subitem 8.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1, na ordem de classificatória, para exercício do mesmo direito;

8.7.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.7.4 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, que se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.

8.8 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 8.6 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9 – A condição prevista no subitem 8.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou por microempreendedor individual.

8.10 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

8.11 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.

8.12 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.12.1 – Não ocorrendo o oferecimento de lances verbais, havendo empate, deverá ser observado, para fins de desempate, a preferência na contratação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte conferida pela Lei Complementar nº 123/06.

8.13- Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.14 - Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, ao Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por centimetragem e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.15 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.16 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação da proposta.

8.17 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do Contrato. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo



prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9 - HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017. No caso dos documentos a serem autenticados por servidor da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, não sendo autenticados nenhum documento na sessão.**

9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;

9.1.2 – Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.

9.1.3 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.4 – Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua português efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.5 – Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.6 - A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 Habilitação Jurídica

9.2.1.1 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;

9.2.1.2 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado do documento de identificação dos responsáveis;

9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;

9.2.1.4 Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;

9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;

9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts.



1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

9.2.1 Regularidade Fiscal e Trabalhista

9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/ e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;

9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).

9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.

9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.

9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.

9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

9.2.2.8 Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, as licitantes deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi e, conjuntamente, a certidão expedida pelo Município de sua sede.

9.2.2.9 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

9.2.2.10 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.2.10 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.2.2.12 Para as licitantes estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.



9.2.2.13 O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela CPL da Prefeitura Municipal de Paracambi, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira

9.2.3.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

ILG ≥ 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Sendo:

ILG: índice de liquidez geral;

AC = ativo circulante;

PC = passivo circulante;

RLP = realizável a longo prazo,

ELP = exigível a longo prazo.

9.2.3.1.1 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.

9.2.3.1.2 - Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constante do item 9.2.31, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

9.2.3.1.3 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituídas no exercício em curso;
- d) Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;



- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

9.2.3.2 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento.

9.2.4 – Qualificação Técnica:

9.2.4.1 - Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado serviços compatíveis com o objeto da licitação.

9.2.4.1.1. Os licitantes deverão disponibilizar, caso seja solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

9.2.4.2. Cópia do Contrato de Concessão ou do Termo de Autorização válidos para a prestação de serviço telefônico fixo comutado, outorgada pela concedente, nos termos da legislação em vigor.

9.2.4.2.1. Será aceita a cópia do extrato do referido contrato, conforme publicado no Diário Oficial, acompanhado da cópia do extrato de seus aditamentos.

9.2.4.3 - Atestado de Visita Técnica conforme anexo 8 do Edital a ser realizada nas dependências da Unidade por representante da licitante acompanhado do devido documento de credenciamento

9.2.5 – Documentação Complementar

9.2.5.1 - Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui em seu quadro funcional servidor público municipal ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;



- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

10 – IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.

10.2. O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.1. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

10.2 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.

10.3 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas ao Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.



11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

12.3. Após homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de _____ (_____) das uteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de _____ (_____) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante, conforme disciplinado no contrato.

13 – DO RECEBIMENTO

13.1 - O objeto do contrato será recebido pela efetiva prestação dos serviços, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

13.2 – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto do contrato, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.3 – A fiscalização do cumprimento do objeto, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pela Secretaria Municipal de Administração, através de 3 (três) servidores designados.

14 - PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 – Assinado contrato, o prazo máximo para o início da execução deverá ser imediato, a contar da data de autorização de início de serviço, conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

14.2 - O prazo de vigência do contrato administrativo somente poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no artigo 57, caput e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

15 – DO CONTRATO

15.1. Homologada a licitação, a CPL, convocará o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para assinatura do contrato, devendo o mesmo comparecer para assinatura, no prazo máximo de 72 (setenta e



duas) horas, prorrogável a critério da administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e, subsidiariamente, nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o MUNICÍPIO convocará a LICITANTE para assinar o contrato no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.

15.3 – Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar o contrato quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido a aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do contrato.

15.4 – Na hipótese de desistência, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor.

15.5 – Nas situações previstas no subitem 15.3, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.6. Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, está poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

16 – DA GARANTIA

16.1 – O **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de 2% (dois por cento) do valor da contratação, a ser restituída após a execução satisfatória das obrigações da **CONTRATADA**.

16.2 – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

16.3 – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e dois) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

17 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1 – O contrato resultante da presente licitação poderá ser modificado pelo MUNICÍPIO, sendo mantidas as suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus parágrafos 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal 8666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

17.2 – Durante a vigência do contrato original o preço estabelecido para execução do serviço deverá ser fixo e irrevogável, conforme prevê o art. 40, XI, da Lei Federal 8.666 de 1993.

18 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

18.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração.

18.2 – Os atos da fiscalização realizados pelo MUNICÍPIO não eximirão a empresa a ser **CONTRATADA** de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

19 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DEMAIS PENALIDADES

19.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante vencedora**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:



- a) advertência;
- b) multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal 10.520 de 2002.

19.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

19.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

19.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas "a", "e" e "f" do subitem 19.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra "b", "c" e "d".

19.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

19.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

19.1.6 - A aplicação das sanções prevista neste item observarão o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

19.1.7 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

20 - RESCISÃO

20.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.



21 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 - Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

ORIGEM DOS RECURSOS: 131 / 1035 / 1085 – RECURSO PRÓPRIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.58.00.00.00

DOTAÇÃO: 2024 / 2067 / 2030

22 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 – O **MUNICÍPIO** fará o pagamento referente aos serviços prestados por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela CONTRATADA e aceita pelo Município.

22.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente entrega do objeto contratual.

22.3 – Não serão considerados efetivamente contemplado por qualquer entrega do objeto contratual os itens que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Termo de Referência, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

22.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

22.5 – O prazo de pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a CONTRATADA promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal 8.666 de 1993.

22.6 – Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

22.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

22.8 – No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento), caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

23 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

23.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

23.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.

24 – ESTIMATIVA DE PREÇO

24.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 1.896.813,00 (Um milhão, oitocentos e noventa e seis mil, oitocentos e treze reais)**, conforme especificações do Termo de Referência.



24.2 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

24.2.1 – O advento do novo instrumento de negociação coletiva (acordo, convenção ou sentença normativa) que importe em aumento comprovado dos custos da mão de obra empregada na consecução do objeto licitado poderá ensejar a concessão de reequilíbrio da cláusula econômica do contrato administrativo, mediante expresse requerimento do contratado e após ultrapassados, no mínimo, 12 meses de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa elencado pelo licitante em sua proposta.

24.2.2 – Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

24.2.3 – O requerimento de reequilíbrio deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta o reequilíbrio.

24.2.4 – As tarifas poderão ser reajustadas, mediante requerimento da CONTRATADA, com base no Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) ou outro que vier a substituí-lo, observado o intervalo não inferior a 12 (doze) meses entre as datas-base dos reajustes concedidos pela ANATEL, de acordo, com a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

24.3 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

25 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

25.1 – Serão aceitos como preços máximos a serem praticados, os preços apresentados na Estimativa Orçamentária, sendo desclassificados os itens cujos preços apresentados estejam acima destes valores.

26 – VISITA TÉCNICA

26.1 - As empresas licitantes deverão visitar os locais onde serão realizados os serviços, de acordo o estipulado na Parte A do presente Edital.

26.2 - As visitas destinam-se à vistoria, avaliação e ciência das empresas interessadas acerca das condições do local e peculiaridades atinentes à realização dos serviços que compõem o objeto da licitação, para fins de elaboração da proposta e demais efeitos decorrentes desse Edital.

26.3 - As visitas deverão ser feitas por profissional capacitado da empresa interessada, o qual deverá estar munido de documento de identificação, e previamente agendadas.

26.4 - No dia e hora agendados, um servidor da Secretaria Municipal de Administração acompanhará a visita das empresas interessadas, emitindo a cada uma delas um "Atestado de Visita Técnica", que constitui requisito de habilitação.



27 - DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.1.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

27.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal n.º 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

27.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

27.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

27.5. O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do COMPROMITENTE para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

27.6 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.

27.7 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

27.8 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

27.9 – Não será aceita a forma de subcontratação na execução do contrato com exceção do estabelecido no Termo de Referência.

27.10. Será verificado, ainda pela Comissão Permanente de Licitação, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a Administração Pública, mediante consulta ao:

27.10.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

27.10.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

27.10.3. Cadastro Inidoneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>.



27.10 - O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a inutilizá-los.

28—INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta de Contrato
Anexo 8	-	Atestado de Visita Técnica
Anexo 9	-	Declaração de Concordância dos Termos do Edital

Elias Ferreira da Rosa
Pregoeiro



ANEXO 1 FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

Processo n.º 704/2017

Licitação n.º 041/CPL/2017

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS FIXO COMUTADO (STFC), NAS MODALIDADES DE SERVIÇO LOCAL, SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), NAS MODALIDADES DE SERVIÇOS DE E-MAIL MÓVEL, SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET MÓVEL, SERVIÇOS DE ACESSO GPRS/EDGE/4G, SERVIÇO DE CIRCUITO DE INTERNET (IP), SERVIÇO CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E CIRCUITO DE ACESSO A INTERNET, COM LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.

EMPRESA:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
BANCO/AGÊNCIA:
CONTA BANCÁRIA Nº:

E-MAIL:

Item	Descrição	Unidade/ Velocidade	Quantid	Valor unitário instalação bruto	Valor mensal Bruto	Total Mensal
1	STFC					
1.1	Assinatura de ramal PABX ou Linha Individual	Mensal	100	R\$ 46,67	R\$	R\$
1.2	Assinatura Tronco Digital E1 – 30 canais	Mensal	1	R\$ 900,00	R\$	R\$
1.3	Assinatura de Linha Individual	Unidade	100	R\$ 46,67	R\$	R\$
1.4	Instalação Linha individual	Unidade	100	R\$ 46,67	R\$	R\$ -
2	STFC- Trafego Local					
2.1	Fixo - Fixo – STFC – Local e 0800	Minuto / Mês	40.000		R\$	R\$
2.2	Fixo - Móvel – (VC1) – STFC – LOCAL e 0800	Minuto / Mês	30.000		R\$	R\$
3	STFC - LDN - Ligações à Distância Nacional					
3.1	Fixo – Fixo – Ligação à Distância Nacional	Minuto /Mês	10.000		R\$	R\$



3.2	Fixo - Móvel (VC2) - Ligação à Distância Nacional	Minuto / Mês	5.000		R\$	R\$
3.3	Fixo - Móvel (VC3) - Ligação à Distância Nacional	Minuto / Mês	5.000		R\$	R\$
4	LDI - Ligações à Distância Internacional					
4.1	Linha Móvel com serviço de Dados Smartphone 3G, 2G, serviço Intra-Grupo Zero Local, serviço Intra-Grupo Zero Regional, Serviço Intra-Grupo Zero Nacional e SMS	Minuto / Mês	500		R\$	R\$
5	Dados					
1.	Acesso a Internet - Banda Larga	2 Mbps	20		R\$	R\$
		4 Mbps	20		R\$	R\$
		10 Mbps	20		R\$	R\$
		15 Mbps	20		R\$	R\$
5.2	Acesso a Link de IP Dedicado	50 Mega Full	2		R\$	R\$
5.3	Assinatura de contas de e- mails	Mensal	100		R\$	R\$
TOTAL MENSAL						
TOTAL INSTALAÇÃO						
VALOR GLOBAL (12 MESES)						

PRAZO PARA INICIAR A EXECUÇÃO:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado



ANEXO 1.1
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

Item	Descrição	Unidade/ Velocidade	Quantid	Valor unitário instalação bruto	Valor mensal Bruto	Total Mensal
1	STFC					
1.1	Assinatura de ramal PABX ou Linha Individual	Mensal	100	R\$ 46,67	R\$ 85,66	R\$ 8.566,00
1.2	Assinatura Tronco Digital E1 – 30 canais	Mensal	1	R\$ 900,00	R\$ 669,00	R\$ 669,00
1.3	Assinatura de Linha Individual	Unidade	100	R\$ 46,67	R\$ 85,66	R\$ 8.566,00
1.4	Instalação Linha individual	Unidade	100	R\$ 46,67	R\$	R\$ -
2	STFC- Tráfego Local					
2.1	Fixo - Fixo – STFC – Local e 0800	Minuto / Mês	40.000		R\$ 0,11	R\$ 4.400,00
2.2	Fixo - Móvel – (VC1) – STFC – LOCAL e 0800	Minuto / Mês	30.000		R\$ 0,86	R\$ 25.800,00
3	STFC - LDN - Ligações à Distância Nacional					
3.1	Fixo – Fixo – Ligação à Distância Nacional	Minuto /Mês	10.000		R\$ 0,70	R\$ 7.000,00
3.2	Fixo - Móvel (VC2) - Ligação à Distância Nacional	Minuto / Mês	5.000		R\$ 1,66	R\$ 8.300,00
3.3	Fixo - Móvel (VC3) - Ligação à Distância Nacional	Minuto / Mês	5.000		R\$ 1,66	R\$ 8.300,00
4	LDI - Ligações à Distância Internacional					
4.1	Linha Móvel com serviço de Dados Smartphone 3G, 2G, serviço Intra-Grupo Zero Local, serviço Intra-Grupo Zero Regional, Serviço Intra-Grupo Zero Nacional Nacional e SMS	Minuto / Mês	500		R\$ 20,80	R\$ 10.400,00
5	Dados					
2.	Acesso a Internet - Banda Larga	2 Mbps	20		R\$ 300,00	R\$ 6.000,00
		4 Mbps	20		R\$ 400,00	R\$ 8.000,00
		10 Mbps	20		R\$ 600,00	R\$ 12.000,00
		15 Mbps	20		R\$ 1.200,00	R\$ 24.000,00
5.2	Acesso a Link de IP Dedicado	50 Mega Full	2		R\$ 12.000,00	R\$ 24.000,00
5.3	Assinatura de contas de e-mails	Mensal	100		R\$ 9,00	R\$ 900,00
TOTAL MENSAL					R\$	156.901,00
TOTAL INSTALAÇÃO					R\$	14.001,00
VALOR GLOBAL (12 MESES)					R\$	1.882.812,00



ANEXO 2
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 041/CPL/2017.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3 MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº 041/CPL/2017 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 4 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/CPL/2017

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/CPL/2017

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF n _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 5.1
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006 (SOCIEDADES COOPERATIVAS)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/CPL/2017

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF n _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que observa o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de empresa ou consórcio para atender as necessidades da Prefeitura de Paracambi, através da **eventual prestação de serviços** abaixo discriminados:

1. Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades de Serviço Local, Serviços de Longa Distância Nacional, Serviços de Longa Distância Internacional;
2. Serviço Telefônico de Acesso via Tronco Digital E1; e
3. Serviço de Circuito de Comunicação de Dados e Circuito de Acesso a Internet banda larga.

2. OBJETIVO

1. Integrar e padronizar os órgãos da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de Paracambi em uma rede de telefonia fixa, formando uma grande rede corporativa.
2. Interligar os órgãos da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de Paracambi através de uma rede corporativa de dados, garantindo a segurança das suas informações e ainda prover acesso a internet para todos os órgãos.

3. JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Paracambi, que tem como uma de suas metas maximizar a eficiência dos serviços prestados por meio da redução de custos e tempo envolvidos nas realizações de suas atividades, ao tempo que busca o aumento de sua eficácia através da melhora constante e contínua da interação com seus órgãos e parceiros. A fim de alcançar esse objetivo necessita de instrumentos de comunicação eficiente e modernos capazes de atender as suas demandas com a qualidade e disponibilidade necessárias.

4. PRAZO DE CONTRATO

O decorrente contrato vigorará inicialmente por 12 meses, a contar da data de publicação, no Diário Oficial, dos respectivos extratos de contrato, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60(sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93.

5. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

1. STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) Local - Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades de Serviço Local, fixo-fixo e fixo-móvel, nos endereços constantes no Anexo 1 deste edital;
- a. STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) – Longa Distância Nacional – Contratação de serviço STFC – LDN (DDD);



3. STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) – Longa Distância Internacional – Contratação de serviço STFC – LDI (DDI);
4. SMP – Longa Distância Nacional – Contratação de serviço SMP – LDN (DDD);
5. Serviço Telefônico de Acesso via Tronco Digital E1 – 30 canais de 64Kbps de CPCT tipo PABX, via entroncamento DIGITAL, exclusivamente dentro de Paracambi;
 1. Os Acesso via tronco Digital E1 – 30 canais deverão oferecer as facilidades de integração os outros Acesso via tronco Digital E1 – 30 canais integrantes da rede de voz da Prefeitura Municipal de Paracambi, com chamadas locais intra- grupo grátis e ilimitadas, sendo que os mesmos deverão estar vinculados ao mesmo CNPJ.
6. Circuito de Banda Larga ADSL – Contratação do serviço para Acesso Internet, através de circuito de Banda Larga na tecnologia ADSL;
7. Circuito de Dados - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de rede de dados, incluindo os circuitos de dados, roteadores, serviços de instalação, manutenção e gerenciamento de Rede Wan;
8. 100 de contas de e-mail

6. CARACTERISTICAS DO SERVIÇO

1. STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado

1. Acesso via linha THT – Ramal individual;
2. Disponibilizar um plano de numeração privativo (faixa exclusiva de até 4 números para utilização da Prefeitura Municipal de Paracambi);
3. Tabela de Bloqueios sem Restrições;
 1. Bloqueio de DDI;
 2. Bloqueio de DDD, DDI, 0900, 0500, 0300;
 3. Bloqueio de DDD, DDI, 0900, 0500, 0300 e Celular;
 4. Bloqueio total- Apenas recebe ligações;
 5. Bloqueio de Celular;
 6. Bloqueio Restrito - Somente intra-grupo
4. A Operadora fornecerá ferramenta a ser acessada através de interface web, para que a contratante possa visualizar todas as chamadas realizadas e recebidas referentes aos seus terminais fixos. Além de possibilitar a programação de alertas de acordo com a realização ou recebimento de determinadas ligações a seu critério;
5. Tal ferramenta deve obedecer aos seguintes requisitos mínimos;
6. Verificação das chamadas através de filtros: Sentido (realizadas e recebidas), Tipo de Telefone (móvel, fixo), Tipo de Chamada (Local, DDD e DDI), Código da Prestadora, DDD, UF, Operadora;



7. Agendamento de relatórios;

2. SERVIÇO TELEFÔNICO DE ACESSO VIA TRONCO DIGITAL E1

1. Os ramais virtuais Devem obedecer as Facilidades mínimas descritas abaixo, sem custo adicional;
 1. Captura de chamadas;
 2. Bloqueios de chamadas originadas;
 3. Chamada em espera;
 4. Linha direta;
 5. Linha executiva;
 6. Cadeado eletrônico;
 7. Caixa Postal;
 8. Siga-me;
 9. Consulta;
 10. Busca automática;
 11. Transferência;
 12. Transferência programada em caso de linha ocupada;
 13. Transferência programada em caso de não atendimento;
 14. Transferência programada em incondicional fixo;
 15. Identificador de chamadas;
 16. Conferencia a Três;

3. BANDA LARGA – ADSL

1. Acesso à Rede Mundial de Computadores – Internet, através de circuito de Banda Larga na tecnologia ADSL, devendo trafegar sobre os acesso individuais fixos contratados, nas taxas de transmissão nominal especificadas na Planilha de Formação de Preços, a ser solicitados de acordo com a necessidade da contratante e viabilidade técnica do referido endereço;
 1. Disponibilidade de 24 horas por dia durante os 7 dias da semana;
 2. Havendo alguma eventual paralisação do serviço, a contratada se compromete a realizar as correções necessárias à reativação dos links de acesso, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da abertura do chamado.

4. ASSINATURA DE LINHAS MÓVEIS

1. Fornecimento de serviços de dados smartphone.
2. serviço intra-grupo zero local.
3. Serviço intra-grupo zero regional.
4. Serviço intra-grupo zero Nacional e SMS

5. ACESSOS INTERNET

Circuito IP dedicado a acesso à internet

1. Fornecimento de acesso à Internet, de forma não compartilhada, devendo estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 07 (sete) dias da semana, e constituir-se de acessos permanentes, dedicados e com total conectividade IP, interligando a Prefeitura Municipal de Paracambi à Internet na velocidade de 10 (dez) Mbps, para isso garantindo:



2. Tempo médio de desempenho de latência, entre o roteador de acesso da Prefeitura Municipal de Paracambi e o núcleo da rede da Contratada, de no máximo 150 milissegundos, onde este tempo de latência (período de tempo que um pacote IP percorre entre um ponto de origem até seu destino) deverá ser comprovado através de relatórios estatísticos de acompanhamento via portal Web da Contratada que será disponibilizado pela mesma após a assinatura do Contrato.

3. A Contratada deverá disponibilizar circuito de 10 (dez) Mbps de banda útil em 100% do tempo. Esses 10 (dez) Mbps poderão ser fornecidos como um somatório de vários circuitos individuais de forma balanceada.

4. SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS PARA O CIRCUITO IP DEDICADO A ACESSO À INTERNET.

5. O Backbone da Contratada deverá ter garantia de desempenho e suporte a diversos protocolos e permitir a utilização de endereçamento IP Público;

6. A Contratada deverá fornecer 64 endereços IP de classe tipo C válidos na Internet, derivados do bloco CIDR (Classless Inter-Domain Routing) alocado ao seu backbone. Esta atribuição deverá seguir as orientações do IAB (Internet Activities Board);

7. A Contratada será responsável pela implantação, configuração e manutenção do Circuito IP;

8. A Contratada deverá oferecer ferramentas para a emissão de relatórios do tráfego utilização do circuito IP, de forma que a Prefeitura Municipal de Paracambi possa analisar o desempenho e o uso de recursos consumidos no acesso a Internet. O acesso aos relatórios deverá ser disponibilizado via Internet 24 (vinte e quatro) horas por dia durante os 07 (sete) dias da semana;

9. A Contratada deverá programar o aumento da velocidade, quando solicitado, sem interrupção do serviço, onde as expansões e atualizações tecnológicas requisitadas para este aumento, devem ser suportadas pelos recursos e equipamentos envolvidos na solução desde a instalação inicial;

10. Todos os equipamentos e enlaces fornecidos pela contratada, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer rigorosamente às normas e recomendações em vigor, elaboradas por órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área – ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), e entidades de padrões reconhecidas internacionalmente – ITU-T (International Telecommunication Union), ISO (International Standardization Organization), IEEE (Institute of Electrical and Electronics Engineers), EIA/TIA (Electronics Industry Alliance and Telecommunication Industry Association);

11. O Serviço de Internet deverá ser integrado e compatível com o ambiente operacional existente na Prefeitura Municipal de Paracambi;

11. A Central de Atendimento deverá estar disponível para contato através de ligações telefônicas gratuitas (0800), a serem realizadas pelos técnicos da Prefeitura Municipal de Paracambi, sendo imprescindível que os funcionários de atendimento da contratada conheçam os serviços contratados e estejam aptos a dar as informações sobre o serviço;



12. Caso haja a necessidade de realizar manutenção preventiva, a Contratada deverá avisar a Prefeitura Municipal de Paracambi com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data proposta para a realização do serviço, que deverá ser autorizada por esta.

13. A contratada deverá possuir saída de **backbone internacional** próprio com capacidade de transmissão de 560 Gbps.

14. Requisitos para roteadores e outros ativos a serem instalados:

15. A instalação do ponto de acesso físico deverá ser entregue na (informar o endereço), interligando diretamente ao ponto de presença do backbone da Contratada, sem utilização de redes intermediárias;

16. O protocolo de transporte entre o roteador que será instalado (informar o endereço) e o roteador do backbone da Contratada deverá ser PPP, HDLC ou xDSL, conforme compatibilidade com a velocidade contratada.

17. A Contratada será responsável pela devida instalação, configuração, manutenção do roteador, por ela alocada, a fim de garantir o pleno funcionamento da conectividade com a rede Internet;.

7. ORÇAMENTO ESTIMADO

Considerando que o objeto deste Termo de Referência são prestações de serviços, o custo total será estimado através de cotação de preços, conforme quadro estimado de valores – Anexo II.

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A Contratada será responsável, na forma do Contrato de serviço, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelos Órgãos/Entidades do Município de Paracambi envolvidos. A ocorrência de desconformidade implicará no refazimento do(s) serviço(s) e na substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem que isso acarrete qualquer ônus para os Órgãos/Entidades do Município de Paracambi envolvidos e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
2. A Contratada será também responsável, na forma do Contrato de serviço, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial Concessionários de serviços públicos, em virtude da execução dos serviços a seu encargo, respondendo por si e por seus sucessores.
3. O ato do recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não excluirá a licitante quanto de sua responsabilidade no que concerne à qualidade do serviço prestado.
4. Os motivos de força maior que, a juízo do Município de Paracambi (ou entidade da Administração Indireta), possam justificar a suspensão da contagem de prazo, com a prorrogação do Contrato, somente serão considerados quando apresentados na ocasião das respectivas ocorrências. Não serão considerados quaisquer pedidos de suspensão da



contagem de prazo baseados em ocorrências não aceitas pela Fiscalização ou apresentados intempestivamente.

5. A Fiscalização da execução do(s) serviço(s) prestado(s) caberá aos Órgãos/Entidades do Município de Paracambi envolvidos. A Adjudicatária e ou Contratada se submeterá a todas as medidas, processos e procedimentos da Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelos órgãos e entidades envolvidos e/ou por seus prepostos, não eximem a Adjudicatária de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

9. CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

Cronograma de Execução Física das Ações												
Duração	Mês											
Ação	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades de Serviço Local, Serviços de Longa Distância Nacional, Serviços de Longa Distância Internacional;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Serviço Telefônico de Acesso via Tronco Digital E1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Serviço de Circuito de Comunicação de Dados e Circuito de Acesso a Internet banda larga.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Serviço de IP dedicado a acesso a Internet	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Serviço Assinatura de telefonia móvel	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Serviço de assinatura de 100 de contas de e-mail	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO POR PERÍODO

Os pagamentos pelos serviços objeto deste Termo de Referência obedecerão ao seguinte "Cronograma de Desembolso por Período":

1º ao 12º mês de execução contratual: deverá ser paga, respectivamente, a cobrança da 1ª a 12ª parcela de serviço, do valor global que vier a ser contratado;

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1- Pela execução do contrato que pactuar os serviços objeto deste Termo de Referência, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes, o Município pagará a importância global que vier a ser contratada até o limite máximo estabelecido para cada uma delas.
- 2- As cobranças das parcelas de serviço serão feitas pela licitante que vier a ser contratada, de acordo com a periodicidade e valores máximos estabelecidos, devendo estar acompanhadas dos seguintes documentos:
- 3- Correspondência formalizando o encaminhamento da cobrança;
- 4- Nota Fiscal/Fatura (duas vias), assinadas no verso por 03 três servidores;
- 5- Cópia do Contrato;
- 6- Cópia de Termos Aditivos, se houver;
- 7- Cópia da(s) Nota(s) de Empenho;
- 8- E as Certidões vigentes exigidas no Decreto Municipal 4.481/2017.
- 9- Os pagamentos serão feitos, a empresa que vier a ser contratada, pela Prefeitura Municipal de Paracambi, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela;



12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ÓRGÃO	PROGRAMA AÇÃO /	ELEMENTO	FONTE
ADM	2024	3.3.9.0.39.58.	131- PRÓPRIO
SEMAS	2067	3.3.9.0.39.58.	1035 - PRÓPRIO
SEME	2030	3.3.9.0.39.58.	1085- PRÓPRIO

13. OBRIGAÇÃO DAS CONTRATADAS

Na execução do contrato a contratada deverá atender as seguintes obrigações:

1. Observar, na execução dos serviços, as normas e especificações técnicas a que estiver legalmente vinculado e as estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato que vier a ser celebrado;
2. Arcar, com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações que vierem a ser pactuadas.
3. Providenciar, junto aos órgãos competentes, sem ônus para o Município de Paracambi, todos os registros, licenças e autorizações necessárias ao cumprimento das obrigações que vierem a ser pactuadas;
4. Fornecer todos os materiais, ferramentas, equipamentos necessários à execução dos serviços que vierem a ser pactuados, bem como toda a mão-de-obra;
5. Certificar-se, respondendo por eventuais descumprimentos, de que todos os seus empregados e os de suas eventuais subcontratadas fazem uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) legalmente exigíveis, concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho;
6. Atender aos pedidos fundamentados da Administração para substituir ou afastar quaisquer de seus empregados;
7. Permitir a Administração, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso aos serviços, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhes forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
8. Responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
9. Executar o objeto deste Termo de Referência com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a serviços dessa natureza;



10. Acatar as determinações da fiscalização da Administração no sentido de substituir, de imediato, os serviços feitos com vícios, defeitos ou imperfeições;
11. Disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste Termo de Referência, sob sua inteira responsabilidade e subordinação, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
12. Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto deste Termo de Referência, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do Município de Paracambi;
13. Responder, por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por danos e prejuízos, de qualquer natureza que, na execução do contrato, vier a causar ao Município ou a terceiros, por sua culpa ou dolo;
14. Empregar quando da execução dos serviços, até o seu final, profissionais idôneos e habilitados, de acordo com o gabarito técnico indispensável, designando um funcionário que a representará em suas relações com a fiscalização da Administração.
15. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como, com todas as condições e qualificações exigidas para a sua habilitação;
16. Efetuar os serviços objeto deste Termo de Referência obedecendo fiel e integralmente a todas as condições nele estabelecidas, bem como, as instruções e determinações expedidas pela fiscalização Administração;
17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato que vier a ser celebrado, conforme estabelece o § 1º, Art. 65 da Lei nº 8.666/93;
18. Comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
19. A empresa que vier a ser contratada para executar o objeto deste Termo de Referência será a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, e ainda pela proteção destes e de eventuais instalações implantadas para a execução do contrato;
20. Correrão por conta, responsabilidade e risco da contratada as consequências de imprudência, imperícia ou negligência sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:
 - A. Má qualidade dos serviços prestados;
 - B. Violação do direito de propriedade industrial;
 - C. Furto, perda, roubo, deteriorações ou avarias de materiais ou equipamentos;
 - D. Ato ilícito seu, de seus empregados ou de prepostos, que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;



- E. Acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com empregados seus ou com terceiros, na execução dos serviços necessários a execução contratual, ou em decorrência da execução deles;
- F. A Administração Municipal poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou ainda, de inobservância ou desobediência as suas determinações, cabendo a contratada, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus encargos decorrentes;
21. Quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pela Administração Municipal, obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de serviços impugnados, sem prejuízo de Ação Regressiva contra quem tiver dado causa;
 22. Obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, e no Contrato que vier a ser celebrado, cabendo a Administração Municipal, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização.
 23. Submeter à prévia aprovação da Administração Municipal, por intermédio do fiscal da execução contratual, qualquer alteração das especificações originalmente pactuadas;
 24. Apresentar a Administração Municipal, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópias autenticadas;
 25. Comunicar ao fiscal da execução contratual, no prazo máximo de 48:00h (quarenta e oito horas), os motivos de força maior que possam justificar a interrupção dos serviços.

14. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1.1.

Fornecer a contratada acesso a todo e qualquer setor, de qualquer das Secretarias Municipais envolvidas, visando a execução das atividades nele previstas;

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As infrações das disposições contratuais, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, sujeitarão à licitante que vier a ser contratada a sanções previstas nos artigos. 86, 87 e 88 da Lei Nacional n.º 8.666/93 que, conforme a gravidade da falta, poderão acarretar as seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. multa; e
3. declaração de inidoneidade.

4. Advertência

A pena de advertência aplicar-se-á nos casos em que a Contratada seja primária na infração cometida. A Administração Municipal, ao seu critério, poderá decidir pela notificação formal,



advertindo à Contratada de que, em caso de reincidências as sanções pecuniárias, previstas, lhes serão aplicadas.

5. Multas pecuniárias

A Contratada estará sujeita a multa pecuniária, a ser aplicada pela Administração Municipal, quando do cometimento das seguintes infrações:

Infrações do Grupo 1:

- A- Não cumprimento de Editais, Avisos ou Ordens;
- B- Desautorizar ordens ou recusar documentos da fiscalização da Administração Municipal ;
- C- Descumprir, na execução do serviço, as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência ou Contrato, bem como, em qualquer norma técnica oficial vinculante;
- D- Deixar de observar, na execução do serviço, normas técnicas obrigatórias especialmente as da ABNT, ou de instituições oficiais regulamentadoras da profissão;
- E- Deixar de observar, na execução do serviço, exigências das legislações do Município, do Estado ou Nacionais;
- F- Constatação da ingestão de bebidas alcoólicas e uso de narcóticos por servidores da contratada, quando em serviço; e
- G- Deixar de cumprir, sem motivo justificado, os prazos parciais ou total pactuados.

1. Infrações do Grupo 2:

- A. Incontinência pública de qualquer preposto da Contratada;
- B. Deixar de apresentar à fiscalização da execução contratual, quando solicitada, documentação exigida por lei;
- C. Deixar de designar preposto para acompanhar a execução do serviço nos termos do disposto no art. 68, da Lei Nacional nº 8.666/93;
- D. Deixar de fornecer a seus empregados os equipamentos de proteção individual, conforme exigências das leis trabalhistas;
- E. Deixar de promover a identificação de seus empregados na forma que vier a ser estabelecida pela Administração Municipal;
- F. Deixar de cumprir qualquer determinação da Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1997, e das demais normas que regulamentam a segurança e medicina do trabalho, aplicáveis aos serviços objeto deste Termo de Referência;
- G. Deixar de disponibilizar quaisquer equipamentos, instrumentos, ferramentas ou materiais necessários à realização dos serviços, cuja falta possa vir a prejudicar o regular andamento da execução contratual;
- H. Desfazer-se de entulhos e rejeitos dos serviços sem a observância das normas legais que disciplinam essa prática;

6. Valores pecuniários das multas

- 1. Por infrações do Grupo 1 a Contratada será penalizada com multa pecuniária no valor correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor global estimado do contrato que vier a ser pactuado;



2. Por infrações do Grupo 2 a Contratada será penalizada com multa pecuniária no valor correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor global estimado do contrato que vier a ser pactuado; e
3. As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos a contratada ou, se insuficientes, cobrados judicialmente.

7. Declaração de inidoneidade

A pena de declaração de inidoneidade aplicar-se-á nos casos de:

1. Condenação definitiva de qualquer diretor, sócio-gerente ou procurador com poderes de gestão e decisão em nome da empresa contratada, por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, desde que não seja imediatamente afastado;
2. Condenação criminal de qualquer diretor, sócio-gerente ou procurador com poderes de gestão e decisão em nome da empresa contratada, por crime doloso contra a vida, transitada em julgado, desde que não seja imediatamente afastado;
3. prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
4. demonstração de não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados, inclusive, apresentação de informação falsa ao Município, ou para Fiscalização, em proveito próprio ou de terceiros ou em prejuízo destes.
5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada, exclusivamente, por decisão do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

8. Outras considerações sobre infrações

1. Cometidas, simultaneamente, duas ou mais infrações, aplicar-se-á a penalidade correspondente a cada uma delas.
2. Havendo reincidência, quando a mesma infração for cometida pela Contratada no período de 30 (trinta) dias, a pena pecuniária correspondente será acrescida de mais 50 % (cinquenta por cento), sobre o valor estabelecido.
3. Autuada a infração a Contratada será formalmente notificada e receberá a segunda via do auto de infração em 05 (cinco) dias, a contar da notificação, com efeito suspensivo.
4. Os recursos de infrações serão julgados por Comissão designada pela Administração Municipal, com número mínimo de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes;
5. Da decisão denegatória da Comissão cabe recurso ao Secretário Municipal de Governo, ainda com efeito suspensivo além de obrigatoriedade de caução, correspondente ao valor da multa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento da denegação recurso.
6. A Contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias para o pagamento da multa, contados do recebimento da notificação da aplicação da mesma, se não houver apresentado recurso no prazo estabelecido, ou do trânsito em julgado do recurso interposto;
7. A autuação da infração não desobriga à Contratada de sanar imediatamente a falta que lhe deu origem.



ANEXO I

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS

LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	COMPLEMENTO
1 RJ 127	10604	CENTRO	DEFESA CIVIL DE PARACAMBI
2 RJ 127	10604	CENTRO	DEFESA CIVIL DE PARACAMBI
3 RJ 127	10604	CENTRO	DEFESA CIVIL DE PARACAMBI
4 RJ 127	10604	LAJES	
5 OPERARIOS	186	CENTRO	
6 PRES JUSCELINO KUBITSCHEK	0	LAJES	LAGES DPO
7 ALBERTO LEAL CARDOSO	0	CENTRO	SECRETARIA DE EDUCACAO AO LADO DO FORUM
8 ALBERTO LEAL CARDOSO	0	CENTRO	SECRETARIA DE EDUCACAO AO LADO DO FORUM
9 OPERARIOS	474	CENTRO	
10 CEL OTHON	466	CENTRO	SENAC
11 ELY AMPARO	0	LAJES	
12 RJ 127	0	LAJES	ESPACO LANARI
13 FAZENDA VITORIA	100	MUTIRAO	
14 SEBASTIAO LACERDA	0	FABRICA	
15 PREF DELIO BAZILIO LEAL	0	CENTRO	
16 CEL OTHON	466	CENTRO	SENAC
17 LEAL DE CARVALHO	239	LAJES	SUPERINTENDENCIA DO IDOSO
18 CEL OTHON	456	CENTRO	
19 DOS ANTURIOS	68	JARDIM NOVA ERA	
20 JONAS LEAL	17	LAJES	HOSPITAL MUNICIPAL
21 JONAS LEAL	17	LAJES	
22 JUIZ EMILIO CARMO	50	CENTRO	
23 SEBASTIAO LACERDA	0	FABRICA	SETOR MEIO AMBIANTE
24 RJ 127	10604	LAJES	SECRETARIA DE OBRAS
25 SOARES FILHO	125	CENTRO	
26 ALBERTO LEAL CARDOSO	S/N	CENTRO	SECRETARIA DE EDUCACAO AO LADO DO FORUM
27 SAO JOAO	50	GUARAJUBA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
28 NATAL	69	BNH	POSTO BNH
29 JUIZ EMILIO CARMO	50	CENTRO	
30 JUIZ EMILIO CARMO	50	CENTRO	
31 SEBASTIAO LACERDA	0	FABRICA	
32 SEBASTIAO LACERDA	0	FABRICA	
33 JOSE DE SOUZA	26	CENTRO	
34 CIPRIANO RODRIGUES CABRAL	170	AMAPA	
35 JUIZ EMILIO CARMO	50	CENTRO	
36 CAPITAO AQUILES	162	FABRICA	
37 SEBASTIAO LACERDA	0	FABRICA	
38 RJ 127	10604	GUARAJUBA	
39 JOSE DE SOUZA	26	CENTRO	
40 CIPRIANO RODRIGUES CABRAL	284	AMAPA	
41 MAURICIO SILVA GUIMARAES	2918	LAJES	BAIRRO BOM JARDIM
42 FLORESTA	0	SABUGO	PREF. MUNICIPAL DE PARACAMBI
43 SEBASTIAO LACERDA	0	FABRICA	
44 BOM PASTOR	75	LAJES	
45 PREF DELIO BAZILIO LEAL	0	CENTRO	FABRICA DO CONHECIMENTO
46 NILO PECANHA	300	CENTRO	
47 OPERARIOS	171	CENTRO	EM CIMA DO BANCO DO BRASIL
48 FLORESTA	0	SABUGO	PREF. MUNICIPAL DE PARACAMBI
49 SAO PAULO	0	GUARAJUBA	ANTIGO POSTO DE SAUDE
50 OPERARIOS	186	CENTRO	
51 JONAS LEAL	17	LAJES	.
52 ARACAJU	0	BNH	PREFEITURA DE PARACAMBI
53 PREF DELIO BAZILIO LEAL	0	CENTRO	BAIRRO FABRICA
54 DEP ROMEU NATAL	357 LAJES		
55 OPERARIOS	186	CENTRO	
56 JONAS LEAL	17	LAJES	
57 EDUARDO PEREIRA DIAS JUNIOR	1186	GUARAJUBA	
58 OPERARIOS	186	CENTRO	
59 CEL OTHON	466	CENTRO	SENAC
60 CEL OTHON	466	CENTRO	SENAC



61	OPERARIOS	186	CENTRO	
62	CEL OTHON	345	CENTRO	
63	RJ 127	10604	LAJES	SECRETARIA DE OBRAS
64	SEBASTIAO LACERDA	0	FABRICA	SETOR MEIO AMBIANTE
65	SEBASTIAO LACERDA	0	FABRICA	
66	RJ 127	10800	CENTRO	
67	JUIZ EMILIO CARMO	50	CENTRO	PREDIO PRINCIPAL
68	SANTA TEREZINHA	245	GUARAJUBA	
69	OPERARIOS	186	CENTRO	
70	RJ 127	0	GUARAJUBA	ORTHO MUCICIPAL ATRAS DA BPRV
71	DR VICENTE CICARINO	299	CASCATA	POSTO DE SAUDE
72	CAPITAO AQUILES	162	FABRICA	
73	OPERARIOS	171	CENTRO	
74	CEL OTHON	466	CENTRO	SENAC
75	RJ 127	0	LAJES	ESPACO LANARI
76	SEBASTIAO LACERDA	0	FABRICA	PRACA CASTELO BRANCO
77	JONAS LEAL	17	LAJES	
78	JUIZ EMILIO CARMO	50	CENTRO	
79	RJ 127	10604	LAJES	ESPACO PLANARIA
80	OPERARIOS	186	CENTRO	
81	SEBASTIAO LACERDA	0	FABRICA	PREFEITURA DE PARACAMBI
82	JONAS LEAL	17	LAJES	
83	GETULIO VARGAS	16	CENTRO	POSTO DO CENTRO
84	OPERARIOS	186	CENTRO	
85	PREF DELIO BAZILIO LEAL	0	CENTRO	BAIRRO FABRICA
86	PREF DELIO BAZILIO LEAL	0	CENTRO	FABRICA DO CONHECIMENTO
87	CEL OTHON	466	CENTRO	.
88	PLINIO ALVES MOURA	150	LAJES	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ODETE TEIXEIRA DA SILVA
89	OPERARIOS	186	CENTRO	
90	SOARES FILHO	125	CENTRO	
91	JUIZ EMILIO CARMO	50	CENTRO	
92	SOARES FILHO	115	CENTRO	NO BOLSA FAMILIA.
93	FLORESTA	2080	SABUGO	
94	JOSE LUIZ AMORIM	141	LAJES	
95	JOSE DE SOUZA	26	CENTRO	
96	OPERARIOS	474	CENTRO	
97	CEL OTHON	466	CENTRO	ANTIGO SENAC
98	OPERARIOS	171	CENTRO	
99	JOSE DE SOUZA	26	CENTRO	
100	NILO PECANHA	300	CENTRO	
101	CEL OTHON	345	CENTRO	
102	RJ 127	10604	GUARAJUBA	CLI DIZ QUE O BAIRRO E LAGE
103	SEBASTIAO LACERDA	0	FABRICA	PRACA CASTELO BRANCO
104	NILO PECANHA	300	CENTRO	
105	CEL OTHON	466	CENTRO	SENAC
106	CEL OTHON	456	CENTRO	.
107	ELY AMPARO	0	LAJES	
108	LEAL DE CARVALHO	239	LAJES	SUPERINTENDENCIA DO IDOSO
109	PREF HELIO FERREIRA DA SILVA	116	LAJES	POSTO DE SAUDE LEAO TREZE.
110	SOARES FILHO	115	CENTRO	NO BOLSA FAMILIA.
111	OPERARIOS	186	CENTRO	
112	DOS ANTURIOS	65	JARDIM NOVA ERA	
113	OPERARIOS	186	CENTRO	
114	JUIZ EMILIO CARMO	50	CENTRO	
115	JUIZ EMILIO CARMO	50	CENTRO	
116	AYRTON SENNA AC AV CANAL	0	GUARAJUBA	POSTO DE SAUDE



ANEXO II

Item	Descrição	Unidade/ Velocidade	Quantidade	Valor unitário instalação bruto	Valor mensal Bruto	Total Mensal
1	STFC					
1.1	Assinatura de ramal PABX ou Linha Individual	Mensal	100		R\$	R\$
1.2	Assinatura Tronco Digital E1 – 30 canais	Mensal	1		R\$	R\$
1.3	Assinatura de Linha Individual	Unidade	100	R\$	R\$	R\$ -
1.4	Instalação Linha individual	Unidade	100	R\$	R\$	R\$ -
2	STFC- Trafego Local					
2.1	Fixo - Fixo – STFC – Local e 0800	Minuto / Mês	40.000		R\$	R\$
2.2	Fixo - Móvel – (VC1) – STFC – LOCAL e 0800	Minuto / Mês	30.000		R\$	R\$
3	STFC - LDN - Ligações à Distância Nacional					
3.1	Fixo – Fixo – Ligação à Distância Nacional	Minuto /Mês	10.000		R\$	R\$
3.2	Fixo - Móvel (VC2) - Ligação à Distância Nacional	Minuto / Mês	5.000		R\$	R\$
3.3	Fixo - Móvel (VC3) - Ligação à Distância Nacional	Minuto / Mês	5.000		R\$	R\$
4	LDI - Ligações à Distância Internacional					
4.1	Linha Móvel com serviço de Dados Smartphone 3G, 2G, serviço Intra-Grupo Zero Local, serviço Intra-Grupo Zero Regional, Serviço Intra-Grupo Zero Nacional Nacional e SMS	Minuto / Mês	500		R\$	R\$
5	Dados					
3.	Acesso a Internet - Banda Larga	2 Mbps	20		R\$	R\$
		4 Mbps	20		R\$	R\$
		10 Mbps	20		R\$	R\$
		15 Mbps	20		R\$	R\$
5.2	Acesso a Link de IP Dedicado	50 Mega Full	2		R\$	R\$
5.3	Assinatura de contas de e-mails	Mensal	100		R\$	R\$
TOTAL MENSAL						R\$
TOTAL INSTALAÇÃO						R\$
VALOR GLOBAL (12 MESES)						R\$



ANEXO 7
MINUTA DO CONTRATO

MINUTA – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS FIXO COMUTADO (STFC), NAS MODALIDADES DE SERVIÇO LOCAL, SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), NAS MODALIDADES DE SERVIÇOS DE E-MAIL MÓVEL, SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET MÓVEL, SERVIÇOS DE ACESSO GPRS/EDGE/4G, SERVIÇO DE CIRCUITO DE INTERNET (IP), SERVIÇO CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E CIRCUITO DE ACESSO A INTERNET, COM LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E _____.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29138278/0001-01, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, neste representado pelo Ilmo. Senhor Secretário Municipal de _____ carteira de identidade nº _____ e CPF/MF nº _____, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e a _____, situada _____, inscrita no CNPJ nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, portador da identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF: _____, residente na _____, celebram o presente CONTRATO Nº _____, conforme processo administrativo nº _____, que se regerá por toda legislação aplicada à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações; no Decreto Municipal nº 4.482/2017 e suas alterações, observando, ainda, as seguintes cláusulas e condições:

ÍNDICE

CLÁUSULA	ASSUNTO
1ª	DO OBJETO
2ª	DO PRAZO
3ª	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4ª	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5ª	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6ª	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7ª	DA EXECUÇÃO,
8ª	DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL
9ª	DA RESPONSABILIDADE
10ª	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11ª	DA GARANTIA
12ª	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13ª	DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO
14ª	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15ª	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16ª	DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO
17ª	DA RESCISÃO
18ª	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19ª	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20ª	DO FORO DE ELEIÇÃO



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS FIXO COMUTADO (STFC), NAS MODALIDADES DE SERVIÇO LOCAL, SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), NAS MODALIDADES DE SERVIÇOS DE E-MAIL MÓVEL, SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET MÓVEL, SERVIÇOS DE ACESSO GPRS/EDGE/4G, SERVIÇO DE CIRCUITO DE INTERNET (IP), SERVIÇO CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E CIRCUITO DE ACESSO A INTERNET, COM LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.**

Parágrafo primeiro – Os serviços contratados serão executados na forma especificada no Termo de Referência.

Parágrafo segundo – A **CONTRATADA**, de acordo com o contido no Processo Administrativo nº 704/2017, obriga-se a prestação dos serviços descritos no quadro acima, nas condições estipuladas neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

Parágrafo primeiro. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ____/____/20____ e encerramento em ____/____/20____, podendo ser prorrogado por interesses das partes, desde que haja autorização formal da Autoridade Competente e observados os seguintes requisitos:

- a) Os serviços tenham sido prestado regularmente;
- b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- c) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- d) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- e) Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- f) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- g) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- h) A **CONTRATADA** não tem o direito subjetivo à prorrogação contratual.
- i) A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

Parágrafo segundo. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato, proporcionando todos os meios necessários ao desempenho dos serviços contratados;
- c) exercer a fiscalização e o acompanhamento do contrato, notificando a **CONTRATADA**, formal e tempestivamente, todas as irregularidades observadas;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, na forma definida no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;



CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) observar, na execução do contrato, as normas e especificações técnicas a que estiver vinculado, bem como as estabelecidas neste contrato, no Edital e no Termo de Referência.
- b) arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários(diurno, noturno, domingos e feriados) necessários ao exato cumprimento das obrigações contratuais;
- c) providenciar junto aos órgão competentes, sem ônus ao **MUNICÍPIO**, todos os registros, licenças e autorizações necessárias ao exato cumprimento das obrigações contratuais;
- d) empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão-de-obra qualificada necessários à total e perfeita execução dos serviços, inclusive no que se refere à limpeza durante e após o término dos mesmos
- e) substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- f) permitir ao contratante, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso aos serviços, bem como atendendo, prontamente, à determinações que lhes forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- g) Responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- h) executar os objetos contratado com zelo, diligencia e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável e serviço dessa natureza;
- i) disponibilizar o pessoal necessário à execução do contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar todas as prescrições relativas às Leis Trabalhistas, previdenciária, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- j) arcar com o ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer da execução dos serviços contratados, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do **MUNICÍPIO**;
- k) responder, por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados por seus empregados, prepostos ao contrato e a terceiros;
- l) empregar quando da execução dos serviços, até o final, profissionais idôneos e habilitados, de acordo com o gabarito técnico indispensável;
- m) manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- n) efetuar os serviços contratados obedecendo-se, fiel e integralmente, todas as condições nele estabelecidas, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do contrato;
- o) Comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista ajuizada por seus empregados contra o **MUNICÍPIO**, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo-o no processo até o julgamento final, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- p) reparar quaisquer danos de sua responsabilidade, quer sejam ocasionados por materiais, equipamentos e/ou mão-de-obra ou decorrentes de ação ou omissão, inclusive negligência, imperícia, imprudência ou desídia, casual ou proposital, que tenham sido causados a quaisquer equipamentos e instalações do **MUNICÍPIO** e/ou a terceiros, bem como por erros ou falhas na execução ou administração dos serviços;
- q) Correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de imprudência, negligência ou imperícia sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:
 - i. má qualidade dos serviços prestados;
 - ii. violação do direito de propriedade industrial;
 - iii. furto, perda, roubo, deterioração ou avarias de materiais ou equipamentos;
 - iv. ato ilícito seu e de seus empregados ou prepostos que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;
 - v. acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com seus empregados ou terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual ou em decorrência da execução deles.
- r) O **MUNICÍPIO** poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou, ainda, de observância ou desobediência as suas determinações, cabendo a



CONTRATADA, quando as razões da paralisação lhes forem imputáveis, todos os ônus encargos decorrentes;

- s) Quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pela Comissão de Fiscalização, obrigam a CONTRATADA, à conta e risco, repor as parcelas de serviços impugnados, sem prejuízo de Ação Regressiva contra quem tiver dado causa;
- t) Obriga-se ainda a CONTRATADA a:
- i. Obedecer, estrita e rigorosamente, aos prazos estabelecidos no Projeto Básico e no Edital, cabendo ao MUNICÍPIO, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito a indenização;
 - ii. Submeter à prévia aprovação do titular do órgão contratante qualquer alteração das especificações originalmente pactuadas;
 - iii. Apresentar ao respectivo órgão do MUNICÍPIO, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada;
 - iv. Comunicar ao fiscal dos serviços, no prazo máximo de 48 hrs, os motivos de força maior que possam justificar as interrupção dos serviços.
- u) prestar os serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, observando todas as especificações técnicas exigidas no projeto básico/termo de referência;
- v) empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão-de-obra qualificada necessários à total e perfeita execução dos serviços;

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de R\$ _____ (_____), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo segundo. Durante a vigência do contrato original o preço contratado para a execução do serviço deverá ser fixo e irrevogável.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 131 / 1035 / 1085 – RECURSO PRÓPRIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.58.00.00.00

DOTAÇÃO: 2024 / 2067 / 2030

Nota de Empenho: _____

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, e nos termos do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo primeiro. A execução do objeto contratual observará o descrito no Termo de Referência e no cronograma físico-financeiro anexos, que poderão ser acrescidos, revistos e alterados mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária



disponível, as condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por uma Comissão de Fiscalização, constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual competirá:

- a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- c) suspender a execução do serviço julgado inadequado;
- d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse dos serviços, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**;
- f) analisar a prestação de contas parcial e final do contrato.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências quando comunicada com antecedência, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. Os membros da comissão prevista no caput desta cláusula, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O objeto do contrato será recebido de acordo com as etapas previstas no cronograma físico-financeiro, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o caput desta cláusula, que deverá ser elaborado no prazo de 02 (dois) dias após a comunicação escrita da **CONTRATADA**, acusando o recebimento;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o caput desta cláusula, decorrido o prazo de 05 (cinco) dias de observação e vistoria, contados a partir do recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo nono. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.



CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

Os serviços que compõem o objeto do presente contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos devidos à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento pelos serviços prestados corresponderá às atividades efetivamente executadas e se dará por meio de depósito em conta bancária, em instituição a ser indicada pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a entrega do objeto contratado.

Parágrafo segundo. Em caso de desconformidade na execução do serviço, o **MUNICÍPIO** não efetuará o pagamento ou pagará apenas o valor correspondente aos serviços satisfatoriamente executados no período, efetivamente apurados.

Parágrafo terceiro. Não serão considerados quaisquer serviços executados que não estejam discriminados no projeto básico.

Parágrafo quarto. O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo quinto. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação;.

Parágrafo sexto. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão incidência de atualização financeira pelo IGP-M e de juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês, *pro rata die*.

Parágrafo sétimo. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de _____% ao mês, caso inexistir justificativa para a ocorrência

Parágrafo oitavo. As cobranças das parcelas de serviços serão feitas pela empresa que vier a ser contratada, de acordo com a periodicidade e valores estabelecidos neste Contrato, deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal / Fatura (duas vias);
- b) Planilha de Medição;
- c) Cópia do Contrato;
- d) Cópias de Termos Aditivos, se houver
- e) Cópia da(s) Nota(s) de Empenho;
- f) Prova de Regularidade com o FGTS; e
- g) Prova de Regularidade com o INSS

Parágrafo nono. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

O CONTRATANTE, até _____ (_____) dias após a data de assinatura do contrato, deverá fornecer a garantia de execução contratual de 5 % (cinco por cento) do valor da proposta vencedora, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal n.º 8.666/93, a saber:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro - garantia;
- c) fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

Parágrafo segundo. Em caso de prorrogação da vigência do contrato de obra, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

Parágrafo terceiro. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do termo do Contrato objeto do presente instrumento licitatório, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA** ocorrerá apenas após o recebimento definitivo dos serviços.

Parágrafo quinto. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo sexto. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o **MUNICÍPIO** recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa **CONTRATADA**, com o intuito de reparar tais danos. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 03 (três) dias úteis após sua notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

Parágrafo primeiro. As tarifas poderão ser reajustadas, mediante requerimento da **CONTRATADA**, com base no Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) ou outro que vier a substituí-lo, observado o intervalo não inferior a 12 (doze) meses entre as datas-base dos reajustes concedidos pela ANATEL, de acordo, com a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo segundo. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESTITUIÇÃO DE VALORES AO MUNICÍPIO



A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal 10.520 de 2002.

Parágrafo primeiro. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **MUNICÍPIO**, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo segundo. As sanções previstas nas alíneas **b, c e d** do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente às sanções previstas nas alíneas "b", "c" e "d".

Parágrafo terceiro. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo quarto. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula observará a competência e a forma previstas na legislação municipal, em especial no Decreto nº 4.482/2017.

Parágrafo quinto. O valor da multa e o prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade serão fixados de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo sexto. Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA**, após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA e SUBCONTRATAÇÃO

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo primeiro. Na hipótese de anuência do **MUNICÍPIO**, o cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

Parágrafo segundo. A empresa a ser **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte dos serviços, desde que autorizada, por escrito, pelo **MUNICÍPIO**, e nos limites expressamente indicados pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo terceiro. Qualquer empreiteira a ser subcontratada para a execução dos serviços parciais deverá ser previamente aceita pelo **MUNICÍPIO**. O pedido formal deverá indicar quais os serviços a serem executados, bem como conter uma relação de serviços semelhantes, realizados e concluídos pela subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, de _____ de 20____.



Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS

1 –

2 –



ANEXO 8
ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Atesto que o Srº _____, portador da carteira de identidade nº _____, representando a empresa _____, CNPJ _____, sediada a _____ nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 041/CPL/2017, através de visita realizada junto à Secretaria Municipal de Administração, tomou conhecimento e esta ciente das condições, dos locais e que recebeu instruções e informações adicionais necessárias à prestação dos serviços objeto desta licitação, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.

Paracambi _____ de _____ de 2017.

Assinatura e carimbo do responsável
Secretário Municipal

Assinatura do Representante da Licitante



ANEXO 9

Declaração de Concordância dos Termos do Edital

A _____, situada a _____, inscrita no CNPJ nº _____, representada por seu representante o(a) senhor(a) _____, vem declarar que manterá a execução da **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS FIXO COMUTADO (STFC), NAS MODALIDADES DE SERVIÇO LOCAL, SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), NAS MODALIDADES DE SERVIÇOS DE E-MAIL MÓVEL, SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET MÓVEL, SERVIÇOS DE ACESSO GPRS/EDGE/4G, SERVIÇO DE CIRCUITO DE INTERNET (IP), SERVIÇO CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E CIRCUITO DE ACESSO A INTERNET, COM LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**, de acordo com os termos do edital do processo administrativo nº 704/2017, da proposta objeto da Licitação – Pregão Presencial nº 041/CPL/2017, no valor final mensal de R\$ _____ (_____), sob as penas da lei que regem a Administração Pública.

Paracambi, _____ de _____ de 2017

Representante

ID.:
CPF.:



COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

LICITAÇÃO N.º 041/2017
PROCESSO N.º 704/2017
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ORIGEM DOS RECURSOS: 131 / 1035 / 1085 – RECURSO PRÓPRIO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.58.00.00.00
DOTAÇÃO: 2024 / 2067 / 2030
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 1.896.813,00 (Um milhão, oitocentos e noventa e seis mil, oitocentos e treze reais).
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2017 ÀS 09:00 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2017 ÀS 09:00 HORAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS FIXO COMUTADO (STFC), NAS MODALIDADES DE SERVIÇO LOCAL, SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, SERVIÇOS DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), NAS MODALIDADES DE SERVIÇOS DE E-MAIL MÓVEL, SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET MÓVEL, SERVIÇOS DE ACESSO GPRS/EDGE/4G, SERVIÇO DE CIRCUITO DE INTERNET (IP), SERVIÇO CIRCUITO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E CIRCUITO DE ACESSO A INTERNET, COM LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através dos telefones (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: licitacaoopmmparacambi@gmail.com, mediante entrega de 02 RESMAS DE PAPEL A4 e apresentação de carimbo de CNPJ.

SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (DOZE) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo Referência
Anexo 7	-	Minuta de Contrato
Anexo 8	-	Atestado de Visita Técnica
Anexo 9	-	Declaração de Concordância dos Termos do Edital

Elias Ferreira da Rosa
Pregoeiro

RAZÃO SOCIAL		CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:		
E-MAIL:		
RECEBIDO POR:	DATA:	